



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEMOSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, REFERENTES AOS SEGUINTES QUADRIMESTRES: 3º Quadrimestre de 2020, 1º e 2º Quadrimestre de 2021.

Aos dezanove dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um, às catorze horas e quinze minutos, no Plenarinho das Comissões 02, da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, a audiência foi aberta pelo **Senhor Deputado Chiquinho da Emater** - Presidente da Comissão da Comissão de Finanças, Economia, Tributação, Orçamento e Organização Administrativa. E teve a participação dos Senhores Deputados: **Dr. Neidson, Lazinho da Fetagro e Ribamar Araújo**. Representando a Secretaria de Estado de Finanças - SEFIN, o Senhor **Jurandir Claudio Dadda** - Superintendente de Contabilidade, o Senhor **Ednaldo Gomes de Paiva Sodré** - Gerente de Normas e Acompanhamento Fiscal e as Senhoras Contadoras, **Daniele Raiane Ribeiro da Silva e Carla Campos Saldanha**. O Presidente Chiquinho da Emater cumprimentou e agradeceu a presença de todos e declarou iniciada a presente audiência, e ressaltou que esta audiência é de conformidade com uma exigência estabelecida pela Lei de Responsabilidade Fiscal - § 4º, art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Em seguida franqueou o uso da palavra para a Senhora Carla Campos Saldanha da Silva, que cumprimentou a todos, e falou sobre o orçamento do ano de 2020, sancionado pela Lei nº 4.709, de 30 de janeiro de 2019, que estimou a receita e fixou a despesa em igual valor no montante de R\$ 8,539 bi e sobre o



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

orçamento de 2021, que foi sancionado pela Lei nº 4.938 de 30 de dezembro de 2020, que estimou e fixou a despesa em igual valor no montante de R\$ 8,620 bi. Após isso, demonstrou a Execução Orçamentária da Receita, composto pelo Balanço Orçamentário, presente no anexo I do Relatório Resumo de Execução Orçamentária. A Senhora Carla Campos Saldanha, então, apresentou e demonstrou os dados, expandido com detalhes cada tipo de receita, suas origens e seus montantes. Por fim, evidenciou que os relatórios estão em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme apurado pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO). A palavra foi franqueada ao Senhor Jurandir Claudio Dadda, que explanou sobre as despesas com o setor de educação, que, assim como o setor da saúde, tem aplicações mínimas. O Senhor Presidente resumiu a fala do Senhor Jurandir Claudio Dadda, dizendo que mesmo com a pandemia, o Estado de Rondônia tinha a obrigação de aplicar os 25% para a educação e os 12% para a saúde. O Senhor Deputado Dr. Neidson fez comentários sobre a precariedade dos investimentos na educação. O Senhor Presidente retornou a atenção ao fato de que a presente análise é de mais técnica, conforme a análise do TCE-RO. A palavra foi franqueada aos outros deputados. O Senhor Deputado Lazineho da Fetagro, então, questionou sobre o que os incentivos fiscais, dados a várias áreas, representariam diante de toda a arrecadação do estado e apresentou o pedido de um requerimento à SEFIN para a apresentação desses dados. O Senhor Presidente adicionou que a questão dos incentivos fiscais também diz respeito à Secretaria de Desenvolvimento (SEDI) e estendeu



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

o requerimento a essa. O Senhor Deputado Lazinho da Fetagro explicou como seu pedido se origina de empresas alegando que o estado supostamente não dá incentivos ao setor produtivo, o que dificulta a instalação dessas em Rondônia. O Senhor Presidente ecoou a fala. Após isso, o Senhor Deputado Lazinho da Fetagro questionou o item de despesa com pessoal, para qual o Senhor Jurandir Claudio Dadda respondeu que houve economia feita e os gastos se mantiveram abaixo do limite de alerta. O Senhor Deputado Lazinho da Fetagro, então, questionou de onde tal economia nos custos vem, e se caso viria de corte de pessoal, o que o Senhor Jurandir Claudio Dadda respondeu as economias poderiam vir de várias vias, como realinhamento de contratos, mas não de corte de pessoal. O assunto foi aprofundado em discussão entre o Senhor Presidente, o Senhor Deputado Lazinho da Fetagro e o Senhor Jurandir Claudio Dadda. Após isso, o Senhor Deputado Lazinho da Fetagro parabenizou o trabalho da SEFIN. Ninguém mais se manifestando e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, agradeceu as presenças dos representantes do Governo. Registramos nesta ATA que a íntegra da audiência, foi gravada e taquigrafada. Às quinze horas e dois minutos, do dia dezenove de outubro do ano dois mil e vinte e um, o Senhor Presidente declarou encerrada a Audiência Pública e, para constar, foi lavrada a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Senhor Presidente.

Assinatura manuscrita em azul, provavelmente do Senhor Presidente mencionado no texto.